



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Ata da 9ª Reunião do Conselho de Relações do Trabalho

Brasília-DF

Data: 25 de setembro de 2012 (tarde)

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco “F”,
Edifício Sede – Sala de Reunião 433.

1 Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2012, no período da tarde, no Edifício-Sede do
2 Ministério do Trabalho e Emprego, na Sala de Reunião 433, sito à Esplanada dos Ministérios,
3 Bloco F, em Brasília, Distrito Federal, ocorreu a 9ª Reunião do Conselho de Relações do
4 Trabalho. Estiveram presentes os **Conselheiros:** MESSIAS MELO-SRT; VERA LUCIA
5 RIBEIRO DE ALBUQUERQUE-SIT; ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA-SENAES;
6 NILTON FRAIBERG-SE; RODOLFO PÉRES TORELLY-SPPE; EUDES DA SILVA
7 CARNEIRO-SRT; PATRÍCIA CERQUEIRA DE COIMBRA DUQUE-CNC; JÚNIA
8 QUEIROZ ALVES DAL SECCHI- CNCOOP; EMERSON CASALI ALMEIDA-CNI;
9 RAFAEL KIECKBUSCH-CNI; ALEXANDRE VENZON ZANETTI-CNSaúde; LUIGI NESE-
10 CNServiços; JOÃO ADILBERTO XAVIER-CNServiços; ADRIANA GIUNTINI-CNT;
11 NICOLE GOULART-CNT; PLÍNIO GUSTAVO SARTI-CNTUR; JOICY DAMARES-
12 CNSaúde; PABLO ROLIM CARNEIRO-CNI. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
13 PEREIRA-CGTB; MAURI VIANA-CGTB; PASCOAL CARNEIRO- CTB; JACY AFONSO-
14 CUT; PEDRO ARMENGOL-CUT; LUIZ CARLOS MOTTA-FS; DANILO PEREIRA DA
15 SILVA-FS; WILSON PEREIRA-NCST; FRANCISCO CANINDÉ PEGADO-UGT; Os
16 **Convidados:** ALAIN ALPIN MAL GREGOR-CNC; IVANY ALMEIDA – CUT; DAYANE
17 SILVA-CUT; CLOVIS SCHERER-DIEESE; CLÁUDIO PERÔNICO-CUT; DANIELLE
18 SOUZA-CUT; ANA BEATRIZ-CONATEC; DANILO PIVA-CNTUR; PAULO CRUZ-
19 CNCOOP; JOSÉ CARLOS-CTB; VALEIR ERTLE-CUT; VIVIAN MARQUES-FS;
20 SANDRA OLIVEIRA-CUT; IVANECK PEREZ-CONTAG; JOSÉ EYMARD-CUT;
21 ADMILSON SANTOS- SRT; AGILBERTO-NCST. **ABERTURA:** O Senhor Manoel Messias
22 Nascimento Melo coordenou os trabalhos da reunião. Informou aos presentes que o novo
23 Secretário Executivo Marcelo Aguiar não estaria presente na abertura. A pauta teve sete pontos
24 a serem discutidos e cinco informes. Sugeriu que o Conselho deveria ter uma agenda mais
25 estratégica para tratar de temas que contribuíssem para o avanço nas relações de trabalho no
26 Brasil, principalmente, os temas que estão na agenda e que o Ministro deverá ser chamado a se
27 posicionar. Colocou-se a possibilidade de organizar a pauta de forma tripartite ouvindo a
28 bancada dos trabalhadores e dos empregadores, como já havia sido sugerido anteriormente.
29 Cogitou-se a possibilidade de formar um grupo de trabalho, em que a coordenação passaria para
30 um grupo menor, tripartite com a função de produzir as propostas das agendas. Propôs-se a
31 adoção desses mecanismos, definindo-se na reunião com a coordenação da bancada dos
32 empregadores e a coordenação da bancada dos trabalhadores. O formato seria definido junto
33 com a Secretaria com fixação de prazo, recebimento de demanda e definição de pauta com os
34 pontos importantes, definindo-se um prazo para tomada de decisão e convocação de uma
35 primeira reunião tripartite para analisarem toda a demanda. Foi proposto que os preparativos da
36 próxima reunião, a realizar-se daqui a dois meses fossem iniciados desde já, selecionando temas
37 que exijam um debate mais aprofundado e demandando para as bancadas de forma organizada,
38 com uma reunião preparatória para chegar ao Conselho com pontos de vista de discussão de
39 qualidade. **Primeiro ponto** – leitura e aprovação da ATA da oitava reunião ordinária, ocorrida
40 no dia 24 de julho. Apesar da identificação de um problema no envio a ata foi considerada lida e
41 aprovada mediante o posicionamento da Bancada dos Empregadores até o final da reunião.
42 **Segundo ponto** – discutiu-se que a análise aprofundada dos temas é imprescindível para evitar
43 a repetição de discussões em fóruns diferentes e não aproveitar o espaço para focar nas relações
44 de trabalho e no arcabouço institucional das relações de trabalho. **Terceiro ponto:** *definição dos*
45 *novos coordenadores da bancada dos Empregadores e dos Trabalhadores.* Verificou-se o
46 descumprimento do regimento na questão da coordenação e todas as bancadas ficaram de
47 apresentar posicionamento sobre a questão. Na bancada dos trabalhadores ficou definido o
48 mandato de um ano e no primeiro ano a coordenação da Bancada ficou com a CUT, e na
49 suplência a Força Sindical. E nesse ano, a coordenação ficou com Força Sindical e a suplência
50 com a UGT. O Sr. Jacy disse que o rodízio também acontece na Presidência da Câmara
51 Bipartite dos Servidores e na Câmara Bipartite dos Trabalhadores. Ficou definida a data de 31
52 de maio de cada ano para renovação do mandato. O Senhor Emerson solicitou que a indicação
53 do nome pudesse ser apresentada na próxima reunião. O Senhor Messias solicitou que os nomes
54 fossem encaminhados antes da próxima reunião, sendo formalizados posteriormente, e assim
55 fosse registrado em ata. Nas câmaras também houve alteração na bancada dos trabalhadores e

56 deverá ser encaminhado também para as centrais conhecerem o coordenador. **Quarto ponto:**
57 *Participação de observadores.* Houve um pleito da Central Sindical dos Profissionais e CSP
58 Conlutas que pudessem participar do Conselho na condição de observadores, ou seja, sem
59 direito a voz e nem voto. Foi argumentado que a ausência delas no acompanhamento desse
60 debate prejudicaria o acompanhamento e o desempenho de suas funções. Em relação aos dois
61 pleitos das centrais, o Ministro havia recomendado aceitá-las. Segundo o Ministro do Trabalho
62 ter a OIT como observadora seria interessante no sentido de oferecer subsídios para os debates
63 nos temas de relações de trabalho. A Bancada dos Trabalhadores foi contra a proposta de
64 observadores nas reuniões do Conselho, pois, segundo o regimento já há previsão de convidados
65 para observadores, eventualmente. O Sr. Emerson, da bancada dos empregadores concordou e
66 concluiu que podem ocorrer convites eventuais dentro do regimento. O Senhor Pascoal Carneiro
67 acrescentou que seria de fundamental importância o convite para a OIT, mas deixou a decisão
68 para a bancada. O Sr. Canindé Pegado afirmou preferirem que as Centrais sejam convidadas, na
69 medida da necessidade, a convidarem a OIT. **Outro ponto de pauta:** *Conselhos Regionais de*
70 *Relações de Trabalho e outros colegiados.* Houve uma orientação do Ministro Lupi em reunião
71 com os Superintendentes Regionais do Trabalho, da possibilidade de criação nos Estados, nas
72 Superintendências Regionais, de Conselhos Estaduais de Relação e Trabalho. Saiu uma
73 proposta de Regimento da Secretaria de Relações e Trabalho. O Conselho por duas vezes se
74 colocou contrário à existência desses Conselhos Regionais com atribuições semelhantes ao
75 Conselho Nacional. Na última reunião, a Dra. Vera apresentou uma posição sobre Missão de
76 Colaboração. Ela faria uma apresentação. O conselho ficou de fazer um mapeamento dos que
77 existiam nas superintendências de espaço tripartite, seja nas relações de trabalho, seja na área da
78 SIT e outras áreas para discutir um pouco como ficariam esses pontos. Foram apresentados os
79 números dos Estados que já criaram o Conselho Estadual de Relações do Trabalho e quantos
80 ainda não têm. Do ponto de vista de emprego e renda, em função da própria estrutura do
81 CODEFAT e da legislação, todos os estados têm o Conselho Estadual. Acima de 200.000
82 (duzentos mil) têm convênio com o Ministério, todos têm. São obrigados a ter por conta do
83 recebimento de recursos. Desses, 3.100 (três mil e cem) são homologados; funcionando são
84 menos de 1.000 (mil) e não chegam a 200 (duzentos) os que se reúnem periodicamente. Esses
85 Conselhos Estaduais Municipais têm uma tarefa institucional muito clara que é relacionada aos
86 recursos do FAT, políticas de qualificação profissional e de emprego e renda. A Dra. Vera
87 apresentou na reunião anterior a idéia de uma comissão de colaboração com o planejamento da
88 inspeção do trabalho. Foi proposto então que se esgotasse esse posicionamento e avançasse na
89 discussão da proposta. Ela argumentou que existe uma Portaria do Ministro, uma orientação
90 desde 2005. A proposta da Dra. Vera foi aceita na reunião passada de forma clara por todos,
91 porque ela tem um escopo definido. O Senhor Danilo falou sobre o fortalecimento do Conselho
92 de Relações do Trabalho. O Senhor Wilson falou sobre a questão dos Conselhos Estaduais e da
93 possibilidade de tratarem matérias exatamente iguais e de ter as mesmas prerrogativas, as
94 mesmas atribuições que o Conselho Nacional e que teriam um papel muito político, começando
95 a descaracterizar efetivamente o Conselho Nacional. Foi informado que o formato dos
96 Conselhos de Trabalho e Emprego criado nos Estados obedeceu a uma regra geral, um
97 ordenamento que foi uma resolução do próprio CODEFAT que dava a orientação de como esses
98 Conselhos deveriam ser criados nos Estados. A resolução nº. 80 do CODEFAT dá as bases para
99 criação dos Conselhos de Trabalho e Emprego. Como a criação desses conselhos ocorreu sem a
100 orientação do Conselho Nacional, entendeu-se que deveriam “sustar” a criação desses
101 Conselhos para evitar a criação de conselhos com formatos diferentes. O Ministério se
102 comprometeu a elaborar e enviar uma proposta de recomendação sobre o tema. Encerrado o
103 assunto, o Sr. Jacy propôs uma apresentação da SIT sobre a inspeção do trabalho no ano 2011,
104 para a próxima reunião. A Sra. Vera concordou e o Sr. Messias propôs a distribuição de Portaria
105 referente ao tema de inspeção para a próxima reunião. **Sexto ponto:** *homologação de rescisão*
106 *de contratos de trabalho.* A manifestação do Ministério Público é no sentido de não mais
107 homologar rescisão de contrato de trabalho, apesar da CLT prever, gerando problemas em
108 cidades do interior com o deslocamento do trabalhador e deslocamento das empresas. A
109 homologação no Ministério do Trabalho é residual. Cinco por cento das homologações são
110 feitas no Ministério do Trabalho. As homologações são em torno de dez, onze milhões por ano.

111 Para encerrar esse processo foi proposto investimentos no Ministério do Trabalho e nos
112 movimentos sindicais no sentido de capacitar os sindicatos a fazerem homologação, inclusive
113 nas cidades do interior. Após o debate do tema a sugestão dada pelo Secretário foi que se
114 retirasse o tema da pauta do Conselho e que se retomasse após apresentação de alguma
115 proposta. **Próximo ponto:** *Registro eletrônico de ponto*. O conselheiro Francisco Canindé
116 Pegado abordou sobre a implantação de uma nova tecnologia que permite a adoção pelos
117 empregadores de sistema alternativo de controle de jornada de trabalho, com a marcação de
118 ponto pelo celular. A Portaria nº 373 de 25/02/11 permite novas alternativas. Neste caso, muitas
119 categorias de trabalhadores através de acordo ou convenção, poderão adotar essa nova
120 tecnologia que, com a utilização de qualquer aparelho celular, dentro de uma área geográfica, o
121 trabalhador pode acionar através de um código e registrar a sua entrada e a sua saída. O sistema
122 ainda permite gerar ou emitir relatórios de controle, substitui o controle manual e por isso é
123 mais eficiente, permitindo o trabalhador ver os dados, enquanto o empregador diminuiu a
124 papelada, economizando recursos e tem a possibilidade de customizar o serviço, conforme o
125 interesse da empresa e do sindicato feito em acordo. Ao final, beneficia a todos, o capital e o
126 trabalhador que ganha em bem estar em não necessitar fazer longos percursos só para marcar o
127 ponto eletrônico hoje existente. Sobre esse assunto a Dra. Vera sugeriu que fosse feita uma
128 comissão tripartite de acompanhamento da implantação desse registro eletrônico de ponto. Uma
129 comissão permanente de discussão porque segundo ela tudo que diz respeito à tecnologia digital
130 tem um prazo de validade muito curto e essas evoluções precisam ser acompanhadas. Como
131 observação acrescentou que o INMETRO faria parte desse grupo tripartite. O Sr. Luigi sugeriu
132 que fosse feita uma comissão para desenvolver um sistema melhor de informatização do ponto
133 eletrônico para dar mais flexibilidade, mais atualização tecnológica nesse processo, inclusive
134 uma formação e mudança da própria estrutura da legislação da resolução atual. Seria criar uma
135 comissão para apresentar proposta de alternativas mais consistentes e mais evolutivas
136 tecnologicamente falando. O Sr. Emerson completou dizendo que esse grupo viria na direção do
137 que o Dr. Luigi propôs, de reunir e ver os problemas, identificar possibilidades de solução e, a
138 partir daí, faria até um grupo permanente, se necessário, para acompanhar a evolução
139 tecnológica. O Sr. Messias disse que a criação de um espaço tripartite, a partir de uma Portaria
140 SRT/SIT com definições claras dos objetivos dessa comissão teria um resultado mais
141 pragmático. Não houve consenso nas discussões para a criação desse grupo. As principais
142 propostas foram de se criar esse grupo informal tripartite, marcar uma primeira reunião, definir
143 as bases em que vai ser feito o trabalho, definir claramente os objetivos, até de
144 acompanhamento ou de mudanças; definir premissas. Após essa discussão o Senhor Messias
145 propôs que o ponto fosse deixado na pauta e que fosse feita uma reunião informal tripartite,
146 tendo o escopo do trabalho com a representação das duas bancadas, SRT e SIT, e um grupo
147 menor, para ver se chega a um acordo de quais os objetivos desse grupo de trabalho. O Senhor
148 Pegado sugeriu que na primeira reunião se definisse as bases de atuação, de ação, prazos e
149 atores que têm competência para atuar no grupo de trabalho para que houvesse mais
150 objetividade. Ficou definida a criação de um grupo informal. SRT e SIT convocarão uma
151 reunião com representantes das duas bancadas para discutir o tema: *Registro Eletrônico de*
152 *Ponto e a eventual criação de um Grupo de Trabalho sobre o tema*. Com relação ao número de
153 pessoas, o Sr. Emerson disse que sua bancada pode indicar dois ou três nomes. Por cada
154 central, ficaram definidos três titulares e três suplentes. **Ponto extra-pauta** - Se serão
155 considerados para efeito de aferição os Sindicatos de Aposentados que são vinculados às
156 Centrais Sindicais e os seus associados. A decisão de consenso da Bancada dos Trabalhadores
157 foi contra por causa da dupla representatividade. O Sr. Carlos Pereira propôs que haja uma
158 resolução comunicando uma decisão formal do Conselho. **Com relação aos informes:**
159 Encaminhamento da recomendação ao Ministro do Esporte sobre a Câmara de Trabalho
160 Decente. O Ministro encaminhou através de Aviso Ministerial. O Ministro assinou, foi
161 encaminhado para o Ministro do Esporte que ainda não retornou o seu posicionamento. Fez-se
162 referência à recomendação 002/2012 CRT, que trata do Sistema Único de Emprego, que já foi
163 encaminhado para conhecimento do Ministro e da Secretaria Pública de Emprego. Acredita-se
164 que o gabinete encaminhou para a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e CODEFAT.
165 Tratou-se também do ofício ao TCU: o MTE ficou de encaminhar cópia do expediente, houve

166 um atraso por causa de um problema de informática, mas será resolvido. O Senhor Messias fez
167 uma observação sobre o Recadastramento Sindical. O ponto principal é a quantidade de
168 entidades que não se recadastraram. Em torno de 1000(mil) entidades. Sugeriu-se incluir na
169 Nova Portaria ou em uma Portaria à parte, dando prazo fatal para recadastramento. Propôs-se
170 um estudo quanto à viabilidade de se estabelecer prazo para atualização de entidades sindicais
171 que ainda não fizeram recadastramento, porque na Portaria anterior não era obrigatório. A idéia
172 é estudar uma proposta que torne o recadastramento compulsório, obrigatório, no sentido de
173 suspender o código das entidades sindicais que não se recadastrarem. O Sr. Pegado questionou
174 sobre o número de entidades sindicais não recadastradas. O Sr. Admilson explicou que em
175 2005, quando foi lançada a campanha de recadastramento não se sabia quantas entidades
176 sindicais tinham registro no Ministério. Que hoje há 15 mil entidades sindicais na base de
177 dados, dentre as quais há 940 que estão recebendo contribuição sindical ou tem cadastro na
178 Caixa Econômica, mas que não se recadastrou no CNES. E que o MTE está mandando
179 correspondências a essas entidades no endereço declarado por elas à Receita Federal exortando
180 que façam o recadastramento e regularizem sua situação. O Sr. Admilson finalizou dizendo que
181 o procedimento entre o MTE e a CEF ainda não é muito acertado e que por isso estão fazendo
182 um procedimento de assunção do Código Sindical e sua administração. O Sr. Jacy Afonso falou
183 da necessidade de se compartilhar melhor as informações, porque sem isso o Conselho não
184 consegue fazer o registro, não faz o recadastramento. Segundo, falta de informatização e de
185 dados junto à Receita Federal causando incompatibilidade e inviabilizando o registro. Terceiro,
186 o interstício de tempo entre o registro e a informação para abertura de conta e as dificuldades
187 com a Caixa Econômica, de modo que o banco informou que apresentou proposta ao MTE
188 visando mais sinergia entre as informações, inclusive reduzindo para um dia só o BET e que
189 este assunto está aguardando uma decisão. O Senhor Messias informou que foi retomada uma
190 discussão com a Caixa Econômica para aperfeiçoar o sistema e permitir uma maior interação e
191 integração entre o Ministério do Trabalho e a Caixa Econômica. Também informou que em
192 relação à atualização de Entidades Sindicais e recadastramento estava encaminhando naquele
193 dia ao Ministro do Trabalho e Emprego uma proposta de alteração da Portaria 420/2011 que
194 trata do recadastramento de Entidades Sindicais Rurais, trabalhadores e empregadores, que têm
195 a chamada “Carta do Milho”, mas não conseguiram se recadastrar com base nas portarias
196 anteriores. Que está sendo feita uma alteração nessa Portaria no sentido de adequar às
197 exigências documentais tanto de entidades patronais, quanto de trabalhadores. Em resumo, está
198 se colocando como alternativa a cópia do Diário Oficial em que foi publicada a concessão,
199 porque há muitos casos em que não houve publicação, possibilidade que durou até 88 e não
200 tendo a publicação no Diário Oficial, o estatuto da entidade à época (original ou autenticado), e
201 não tendo estatuto, foram elencados 5 documentos, dentre os quais a apresentação de dois é
202 suficiente para comprovação de que o sindicato existia. Ressaltou que a definição de
203 documentação mínima decorreu de negociações com a CNA e com a CONTAG. Com relação
204 ao recadastramento das entidades sindicais, o Senhor Luigi propôs que em relação à nova
205 estrutura da portaria, o Controle dos Códigos Sindicais seja feito pelo Ministério do Trabalho. O
206 Sr. Mauri Viana informou que várias Entidades Sindicais ganham na Justiça Federal contra o
207 Ministério do Trabalho e contra a Caixa. Que essas decisões transitam em julgado, mas que nem
208 o Ministério e nem a Caixa cumprem. Destacou também outra situação a ser verificada, que é a
209 verificação de entidades sindicais de registro patronal que não sentam para negociar. Em
210 discussão sobre a tramitação de processos no CNES, o Sr. Messias propôs inclusão na Nova
211 Portaria da possibilidade de definir regras de arquivamento de processos por falta de interesse
212 das partes nos casos concretos, para limpar o cadastro dando mais clareza de quais as Entidades
213 existem de fato. O Sr. Messias relatou então o último ponto de informe, que foi sobre a proposta
214 de Portaria, disse que foi pedido sugestões em relação à Portaria e em relação à tabela de
215 categoria, e que não receberam nenhuma posição da CNCOOP, da CNS, nem da Nova Central
216 Sindical dos Trabalhadores. Disse que a idéia é fechar uma proposta de minuta na semana
217 seguinte para que, até meados de outubro, haja a publicação da Portaria. **Penúltimo ponto de**
218 **informe:** Seguro Desemprego. O Sr. Torelly argumentou sobre a discussão que aflorou na
219 imprensa sobre medidas de corte no Seguro Desemprego, no abono salarial. Disse que ainda não
220 há nada de concreto sobre o assunto. Apresentou também a posição do Ministro Brizola Neto:

221 nenhum corte para o trabalhador, combate à rotatividade via regulamentação do art. 239 da
222 Constituição, mas não com viés de arrecadar. Em seguida falou sobre o fortalecimento das
223 políticas públicas do seguro desemprego, ou seja, reforçar o atendimento do SINE que é muito
224 precário. Nesse momento o Senhor Secretário Messias e o Sr. Torelly se retiraram para
225 participar de outra reunião. O Sr. Eudes Carneiro conduziu os trabalhos e tratou de dois temas.
226 **Primeiro:** dois grupos de trabalho que foram criados pelo Conselho e estão com suas atividades
227 paralisadas, inclusive falta indicação de representantes do Governo e atualizar os das entidades.
228 São eles os grupos sobre deficientes e sobre aprendizes. A decisão foi de reativar o trabalho dos
229 dois grupos. O Sr Eudes propôs que se fizesse um encaminhamento para as Entidades, para que
230 as representações formalizassem novas indicações ou confirmem as já existentes, para então
231 marcar as reuniões seguintes. Quanto ao menor aprendiz, o Senhor Pascoal disse que quando da
232 ratificação da Convenção nº182 houve um grupo de trabalho no Conselho que fez todo um
233 elenco, discutindo durante vários meses e que seria bom resgatar essas discussões para ajudar no
234 trabalho de Menor Aprendiz. O Sr. Jacy pediu relatos de atividades desses grupos e o Sr. Eudes
235 encaminhará as atas no sentido de reativar e confirmar o nome dos representantes. O Sr. Eudes
236 informou, também, a todos que o Ministério estava recebendo um representante da Espanha que
237 veio ao Brasil para conhecer o trabalho com deficientes. Perguntou se alguma representação dos
238 trabalhadores ou dos empregadores gostaria de contatar esse representante para que ele conhecer
239 como funciona no âmbito dos trabalhadores e qual o entendimento dos empregadores. O Sr.
240 Emerson propôs uma discussão para o Conselho sobre o papel das Instituições do Trabalho,
241 argumentando que o Conselho e todas as instituições de trabalho precisam amadurecer uma
242 ideia sobre o seu real papel. Propôs que se convide o Sr. Camargo, do Ministério Público, para
243 uma discussão com o Conselho sobre o tema. O Sr. Jacy também falou sobre um importante
244 trabalho na área da construção civil; sobre o Protocolo Nacional da Construção Civil que tem
245 tido várias adesões e é um trabalho importante na área da construção. Disse que propôs ao
246 Ministro Brizola e ao Ministro Gilberto Carvalho que o governo enviasse para o Fundo de
247 Investimento do FGTS que tem regras estabelecidas e que os investimentos na área da
248 construção fossem para as empresas que aderissem ao protocolo. A ata da última reunião teve
249 aprovação unânime. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar Eudes agradeceu a
250 presença de todos, informando que em seguida seriam feitos os encaminhamentos formais
251 decididos na reunião. Acrescentou que as assinaturas dos presentes serão colhidas na próxima
252 reunião, e declarou encerrada a reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo
253 serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta
254 ata.

255

256

MESSIAS MELO

257

258

259

260

261

VERA LUCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

262

263

264

265

266

ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA

267

268

269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305

NILTON FRAIBERG

RODOLFO PÉRES TORELLY

EUEDES DA SILVA CARNEIRO

PATRÍCIA CERQUEIRA DE COIMBRA DUQUE

JÚNIA QUEIROZ ALVES DAL SECCHI

EMERSON CASALI ALMEIDA

RAFAEL KIECKBUSCH

ALEXANDRE VENZON ZANETTI

306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342

LUIGI NESSE

JOÃO ADILBERTO XAVIER

ADRIANA GIUNTINI

NICOLE GOULART

PLÍNIO GUSTAVO SARTI

JOICY DAMARES

PABLO ROLIM CARNEIRO

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA PEREIRA

343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379

MAURI VIANA

PASCOAL CARNEIRO

JACY AFONSO

PEDRO ARMENGOL

LUIZ CARLOS MOTTA

DANILO PEREIRA DA SILVA

WILSON PEREIRA

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO

380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416

ALAIN ALPIN MAL GREGOR

IVANY ALMEIDA

DAYANE SILVA

CLOVIS SCHERER

CLÁUDIO PERÔNICO

DANIELLE SOUZA

ANA BEATRIZ

DANILO PIVA

417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451

PAULO CRUZ

JOSÉ CARLOS

VALEIR ERTLE

VIVIAN MARQUES

SANDRA OLIVEIRA

IVANECK PEREZ

JOSÉ EYMARD

ADMILSON SANTOS

AGILBERTO
